

## ANALISTA DE PESQUISA ENERGÉTICA

### MEIO AMBIENTE / DESENVOLVIMENTO REGIONAL / SOCIOECONOMIA

#### LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este caderno, com os enunciados das 50 (cinquenta) questões das Provas Objetivas e das 2 (duas) questões da Prova Discursiva, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

LÍNGUA PORTUGUESA		LÍNGUA INGLESA		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 5	2,0	11 a 15	1,0	21 a 30	1,5
6 a 10	3,0	16 a 20	2,0	31 a 40	2,0
—	—	—	—	41 a 50	2,5

PROVA DISCURSIVA	
Questões	Pontos
1 e 2	25,0 cada

b) um **Caderno de Respostas** para o desenvolvimento da Prova Discursiva, grampeado ao **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às marcações das respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique o fato **IMEDIATAMENTE** ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, a caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A **LEITORA ÓTICA** é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A)    ●    (C)    (D)    (E)

05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas e as discursivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** do Processo Seletivo Público o candidato que:

- se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;
- se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA** e/ou o **Caderno de Respostas da Prova Discursiva**;
- se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA** e/ou o **Caderno de Respostas da Prova Discursiva**, quando terminar o tempo estabelecido.
- não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

**Obs.:** O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA** e/ou o **Caderno de Respostas da Prova Discursiva**, a qualquer momento.

09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - Quando terminar, entregue ao fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CARTÃO-RESPOSTA** grampeado ao **Caderno de Respostas da Prova Discursiva** e **ASSINE** a **LISTA DE PRESENÇA**.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**, incluído o tempo para a marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA**.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no primeiro dia útil após a realização das mesmas, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****21**

Para fins de planejamento e operação, o sistema elétrico interligado é dividido em dois grandes blocos.

Quais são eles ?

- (A) EPE e Eletrobras
- (B) Eletrobras e ONS
- (C) Sistema Interligado Nacional e Sistemas Isolados
- (D) Sistema Interligado Nacional e Sistema Sul/Sudeste
- (E) Sistema Sul/Sudeste e Sistema Norte/Nordeste

**22**

Segundo a Política Nacional de Recursos Hídricos, os Planos de Recursos Hídricos irão seguir uma linha de gestão

- (A) centralizada no Governo Federal, partindo deste o direcionamento do seu uso.
- (B) centralizada no Governo Estadual, que determinará o uso e a licença do recurso.
- (C) centralizada, cabendo apenas ao Ministério, junto aos Estados, decidir as estratégias das bacias.
- (D) descentralizada, sendo os planos elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País.
- (E) descentralizada, sendo os projetos elaborados pelos Municípios em que se encontram os recursos.

**23**

Segundo a Lei nº 6.189/1974, a designação do órgão/autarquia a que se atribui a suspensão da construção de instalações nucleares por risco de dano nuclear é:

- (A) Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)
- (B) Indústrias Nucleares do Brasil (INB)
- (C) Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras)
- (D) Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)
- (E) Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)

**24**

Segundo o Manual de Inventário Hidroelétrico de Bacias Hidrográficas, editado pelo Ministério de Minas e Energia, os estudos de inventário hidrelétrico de uma bacia hidrográfica são realizados em quatro fases: planejamento do estudo, estudos preliminares, estudos finais e avaliação ambiental integrada da alternativa selecionada.

Sobre as atividades desenvolvidas nessas fases, tem-se que

- (A) a formulação de alternativas de divisão de queda para o aproveitamento do potencial hidrelétrico é realizada na fase de planejamento do estudo.
- (B) a simulação da operação é feita durante os estudos energéticos, na fase de estudos preliminares.
- (C) a concepção dos arranjos é feita na fase de planejamento dos estudos, após a coleta de dados de campo.
- (D) o diagnóstico ambiental é realizado após a conclusão da avaliação ambiental integrada da alternativa selecionada.
- (E) os estudos preliminares visam à seleção das alternativas mais atraentes sob os pontos de vista socioambiental, energético e econômico.

25

Da mesma forma que, no passado, os impactos ecológicos foram negligenciados, o deslocamento de pessoas também foi tratado com descaso no planejamento e na execução de projetos de desenvolvimento, como no caso da construção de barragens no Brasil.

A política de deslocamento familiar para a construção de hidrelétricas no interior do país aumentou o nível de pobreza dos locais porque

- (A) a política de reassentamento não levava em consideração a perda da fauna e da flora nem sua interação com a comunidade.
- (B) a única reserva de recursos que as economias locais, muito pobres, tinham, era a biodiversidade, que lhes possibilitava fazer criações como, por exemplo, de peixes ornamentais.
- (C) o pagamento de indenizações, quando ocorria, transformava-se em gasto imediato, sem reinvestimento em novas propriedades.
- (D) os projetos, por terem vantajosas indenizações, aumentavam a riqueza da população local que, rica, deslocava-se para as cidades, deixando o local de origem mais pobre.
- (E) grandes projetos desenvolvimentistas tinham verbas para os reassentamentos, mas elas sempre foram desviadas.

26

As metodologias de reassentamentos humanos amadureceram nas últimas três décadas, quando um paradigma econômico foi sendo substituído por um paradigma social.

Nesse contexto, tem-se que

- (A) o reassentamento, no caso de comunidades rurais, é um estímulo à modernização; portanto, as condições originais de vida no campo devem ser desestimuladas.
- (B) o projeto de reassentamento não deve ser discutido e negociado com a comunidade afetada, porque, além de causar morosidade no processo, também se pressupõe que ela será contra o deslocamento.
- (C) o local onde as pessoas irão reinstalar-se não é motivo de preocupação no paradigma econômico.
- (D) o enfoque social pressupõe que a indenização monetária seja condição básica e suficiente para acabar com os impactos sociais.
- (E) as condições originais de vizinhança e de parentesco no reassentamento, quando recriadas, têm utilidade econômica local, devido à facilitação dos negócios na comunidade, embora eles não tenham utilidade social.

27

A partir de um exemplo concreto, obtido através de uma pesquisa realizada junto a populações ribeirinhas do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, afetadas pela construção de uma barragem, Andréa Zhouri, professora da UFMG, problematizou o discurso ambientalista hegemônico, [...]. A pesquisadora contou que, durante um trabalho de campo realizado na região, em 2006, [...] ouviu-se dos moradores ribeirinhos uma série de denúncias. “Eles relataram que a inauguração da barragem acarretou uma grande mortalidade de peixes, a água do rio Jequitinhonha passou a apresentar odores fétidos e as pessoas reclamavam de alergias na pele e nos olhos.” [...] Segundo ela, a equipe de pesquisadores relatou a situação ao Ministério Público que, por sua vez, instaurou um inquérito e designou um engenheiro sanitário para investigar a pertinência das críticas feitas pelos ribeirinhos. [...] o caso serve para ilustrar como as diferentes posições dos atores sociais fazem emergir significados diferentes de meio ambiente. “Diferentes pessoas e organismos tecem engajamentos distintos com o chamado meio ambiente. Por um lado, os ribeirinhos, que nunca tiveram a água tratada e usam a água do rio de forma direta, sentindo na pele literalmente as transformações daquela água. De outro lado, o perito técnico, que com sua análise objetiva, muito provavelmente vindo de uma experiência urbana e de classe social que tem acesso à água tratada e ao saneamento, atribui o uso da água do rio à ignorância da população local”, observou Andréa, [...].

Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia&Num=646>>. Acesso em: 27 jul. 2012.

Segundo a posição da pesquisadora, o discurso ambientalista hegemônico é equivocado porque concebe o meio ambiente como um(a)

- (A) fator relacionado à busca de melhores condições de vida para as populações das áreas de risco.
- (B) aspecto representativo do embate usual entre populações ribeirinhas e projetos de pesquisa de campo.
- (C) elemento isolado da luta pela sobrevivência dos habitantes dos territórios envolvidos com impactos ambientais.
- (D) associação entre a preocupação ecológica dos movimentos sociais e a imagem do planeta Terra vista de perto.
- (E) perspectiva para a sustentabilidade com clara percepção dos conflitos entre as populações dos territórios envolvidos, os pesquisadores e o poder público.

28

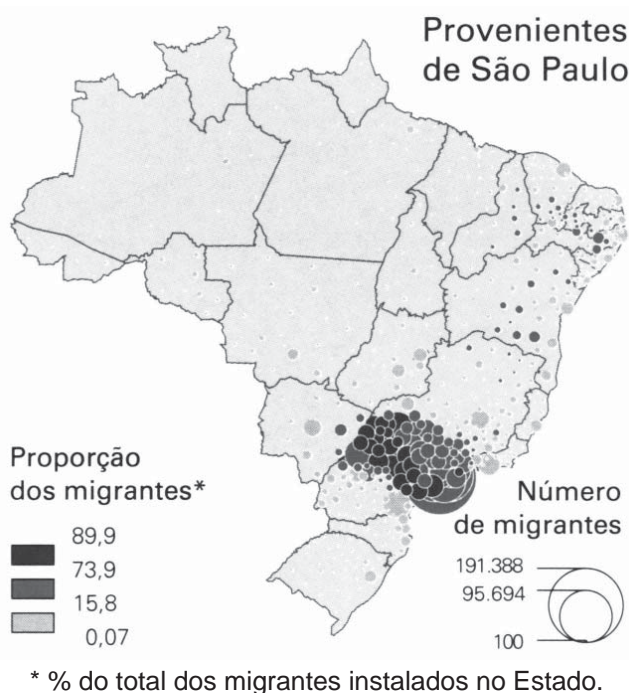
Em muitos países, a sustentabilidade social é mais frágil do que a sustentabilidade ambiental [...].

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. Adaptado.

No caso mencionado, uma importante estratégia para revigorar as economias em crise é o

- (A) crescimento induzido pela inflação.
- (B) aproveitamento das potencialidades do mercado interno.
- (C) aumento das importações, especialmente de matérias-primas.
- (D) aumento do PIB com o objetivo de distribuir a riqueza no futuro para as camadas sociais que sofreram externalidades.
- (E) incremento da produção das áreas rurais, através de políticas de emprego sem salário, em um primeiro momento.

29



THÉRY, H.; MELLO, N. **Atlas do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 103.

Considerando-se a participação percentual do total dos migrantes instalados no Estado de São Paulo, identifica-se como movimento migratório mais intenso aquele

- (A) consolidado, ao longo de décadas, pelo afluxo de nordestinos à capital estadual e às metrópoles interioranas.
- (B) provocado pelos fluxos populacionais direcionados para as capitais estaduais do Centro-Sul.
- (C) induzido pela mobilidade do capital financeiro em direção aos tecnopolos da região Sudeste do país.
- (D) condicionado pela reestruturação produtiva da faixa litorânea, polarizada por *hubports*, como o de Santos.
- (E) reforçado pelos deslocamentos de saída da metrópole paulistana rumo às cidades do interior do Estado.

30

A região de Belo Monte, no Pará, comporta uma realidade geográfica e social específica. No plano da organização civil, o surgimento do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST) foi a principal novidade dos anos 1980. Reunindo diversos municípios e as principais lideranças políticas, econômicas e populares da região, o movimento conseguiu uma notável mobilização em torno da causa do asfaltamento da Transamazônica. Durante a década de 1990, o movimento foi rebatizado, passando a ser denominado Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX).

DRUMMOND, J.; NASCIMENTO, E. Invenção e realidade da Região de Belo Monte. In: Nascimento, E.; Drummond, J. (org.) **Amazônia. Dinamismo econômico e conservação ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p.48. Adaptado.

No contexto da atuação do MDTX, identifica-se a seguinte reivindicação:

- (A) instalação de parques tecnológicos
- (B) instalação de transporte intermodal
- (C) criação de uma reserva extrativista
- (D) criação de novas unidades municipais
- (E) implantação de projetos de colonização



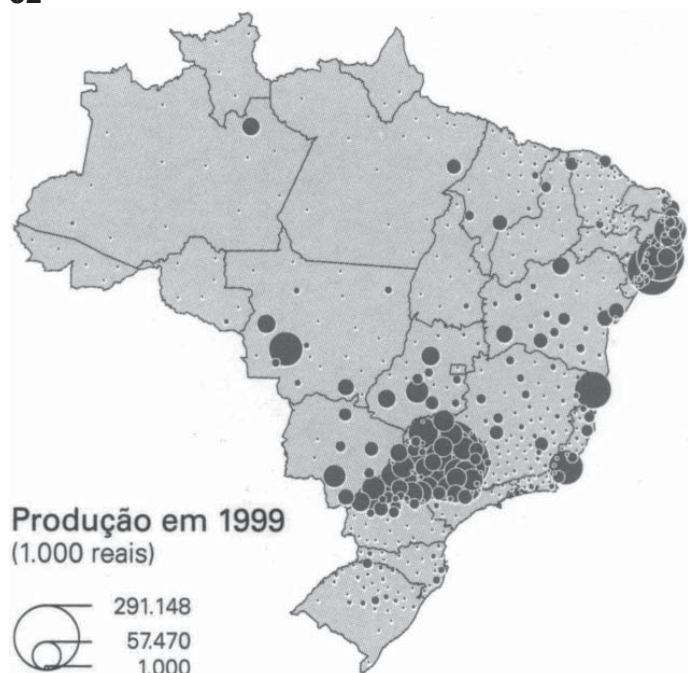
31

No Brasil, a dinâmica demográfica pode ser analisada levando-se em conta a taxa de gênero, um indicador referente à proporção entre o número de homens e de mulheres na população de cada lugar. No país, essa proporção é marcada, atualmente, por um forte contraste espacial entre as regiões litorâneas e as zonas de frentes pioneiras do interior.

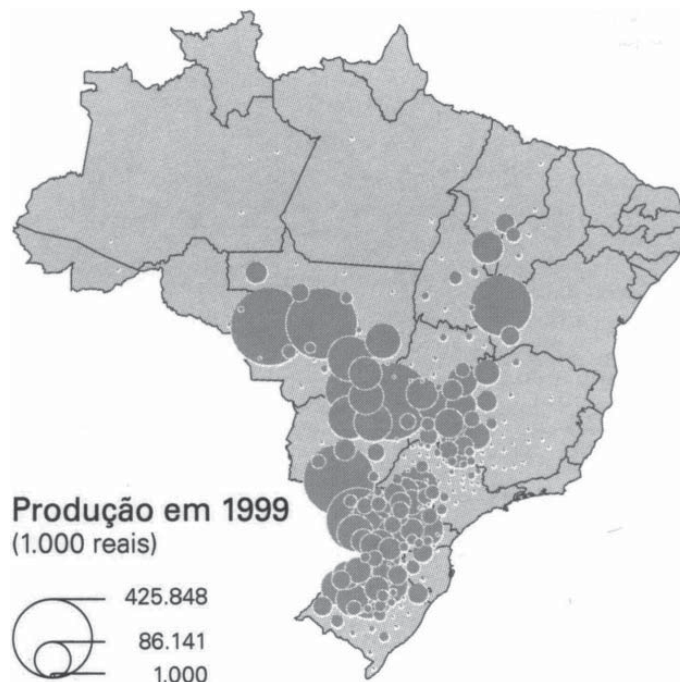
Nesse contexto demográfico, nas zonas pioneiras do Nordeste – oeste baiano –, do Centro-Oeste e da Amazônia, encontra-se predominantemente, uma população

- (A) masculina adulta, constituída por profissionais liberais
- (B) masculina jovem, como mão de obra pouco qualificada
- (C) masculina senil, formada por pequenos produtores rurais
- (D) feminina adulta, como força de trabalho urbano-industrial
- (E) feminina jovem, com ocupações autônomas remuneradas

32



MAPA I



MAPA II

THÉRY, H.; MELLO, N. **Atlas do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 126.

Nos mapas, estão representadas as áreas ocupadas por cultivos comerciais com padrão de uso extensivo do solo agrícola. Os cultivos agrícolas comerciais representados, respectivamente, nos Mapas I e II são:

- (A) cana-de-açúcar e soja
- (B) cana-de-açúcar e café
- (C) laranja e café
- (D) algodão e soja
- (E) algodão e laranja

33

Um aspecto fundamental da territorialidade humana é que ela tem uma multiplicidade de expressões, referentes a vários tipos de territórios, com suas particularidades socioculturais. Assim, demandam-se abordagens etnográficas. No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu território, uso um conceito definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território.

LITTLE, P. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, n. 322, 2002, p. 4. Adaptado.

No texto acima, a definição apresentada por Paul Little corresponde ao seguinte conceito:

- (A) topofilia
- (B) topolatria
- (C) cosmografia
- (D) regionalidade
- (E) racionalidade

34

No Brasil atual, especialmente na Amazônia, está em jogo o controle do patrimônio genético que implica a operacionalização de estratégias empresariais. Esse controle é central para responder à questão relativa à valorização das florestas. Está ocorrendo a mercantilização da “floresta em pé”. Há todo um conjunto de estratégias de empresas muito sofisticadas, com seus especialistas, economistas, biólogos, antropólogos e advogados para definir esse valor mercantil, para definir o circuito de comercialização desse patrimônio genético e a sua utilização industrial.

ALMEIDA, A. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: Sauer, S. e Almeida, W. (org.) **Terra e territórios na Amazônia**: demandas desafios e perspectivas. Brasília: UnB/Abaré, 2011, p. 39. Adaptado.

No contexto descrito acima, o controle mencionado é fundamental para o êxito das estratégias de acumulação das

- (A) empresas rurais pecuaristas
- (B) empresas sojíferas monocultoras
- (C) indústrias minero-metalúrgicas
- (D) indústrias de biotecnologia
- (E) zonas especiais de exportação

35

Em relação ao zoneamento ecológico-econômico, a primeira tentativa de tratar o ecológico e o econômico foi proposta pelo IBGE, na forma de Termo de Referência, circunscrevendo aspectos socioeconômicos a uma dimensão própria, com conceitos e instrumentais peculiares. A ideia original consistiu em identificar “zonas ou regiões”, com base em “fatores ecológicos” e “fatores econômicos e sociais”, cada uma separadamente, a partir de lógicas específicas. Para análise e interpretação das estruturas econômicas e sociais, o documento sugeria o conceito de regionalização como processo, além de sugerir um conceito operacional referente ao quadro natural.

DEL PRETTE, M. Metodologias de zoneamento: controvérsias sobre o ecológico e o econômico In: Steinberger, M. (org.) **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 / LGE, 2006, p. 197. Adaptado.

No âmbito desse documento, a base conceitual mais adequada para a definição do quadro natural é

- (A) ecossistema
- (B) geossistema
- (C) economia verde
- (D) economia solidária
- (E) unidade de conservação

36

A relação das populações artesanais dos Lençóis Maranhenses e a natureza pode ser entendida como uma interação “sustentável”, que tem assegurado a manutenção do seu modo de vida e dos ecossistemas locais. O modo de vida das populações que vivem dentro do Parque e da APA ou próximo a eles tem sido marcado por estratégias socioeconômicas complexas, diretamente relativas ao meio natural. Acompanhando a dinâmica climática da região, os modos de vida são sujeitos a mudança, de acordo com as estações. As chuvas definem o inverno e o verão, condicionam as atividades de pesca no litoral e a agricultura no interior.

ABAKERLI, S. Sustentabilidade em discurso e prática: implicações das políticas de desenvolvimento e de conservação em regiões biodiversificadas no Brasil. In: Fernandes, E.; Valença, M. (org.) **Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 248. Adaptado.

Tendo como base o núcleo familiar, as populações mencionadas são responsáveis por uma produção econômica

- (A) extrativista cooperativada e vinculada ao agronegócio regional
- (B) monocultora com incentivos fiscais e baseada em agrotecnologias
- (C) diversificada em pequena escala e voltada ao turismo de base local
- (D) empresarial moderna associativista e organizada por ONG regionais
- (E) agroecológica em reservas extrativistas e assessorada por universidades

37

No Brasil, a avaliação energética das alternativas para um aproveitamento hidrelétrico é feita considerando-se alguns critérios energéticos básicos, definidos no Manual de Inventário Hidroelétrico de Bacias Hidrográficas.

Sobre esses critérios, verifica-se que a(o)

- (A) energia firme de uma usina ou de um conjunto de usinas hidrelétricas corresponde à energia disponível apenas em períodos de hidrologia favorável.
- (B) capacidade de ponta representa a capacidade máxima de produção diária do sistema, sem considerar a perda devida à redução da queda, quando do deplecionamento do reservatório.
- (C) queda de referência utilizada no dimensionamento energético de um aproveitamento hidrelétrico é a queda bruta na qual as turbinas estão com seus distribuidores fechados.
- (D) período crítico de um sistema de referência é aquele onde ocorre *deficit* que impede o uso da água do reservatório para a geração hidrelétrica.
- (E) sistema de referência é definido pelo conjunto de usinas geradoras de energia elétrica, em relação ao qual os benefícios energéticos das alternativas de divisão de queda em exame devem ser quantificados.

38

De acordo com as Instruções para Estudos de Viabilidade de Aproveitamentos Hidrelétricos, editadas pela Eletrobrás/DNAEE, os estudos de viabilidade constituem uma das etapas de estudos e projetos para implantação de um aproveitamento hidrelétrico em que

- (A) o potencial hidrelétrico é determinado, e a melhor divisão de queda é estabelecida ao menor custo e com o mínimo de impacto ao meio ambiente.
- (B) o aproveitamento concebido no projeto básico é detalhado de modo a definir, com maior precisão, as características técnicas do projeto, bem como os programas socioambientais.
- (C) a concepção global de um dado aproveitamento é definida, a partir da divisão de queda selecionada, visando à sua otimização técnico-econômica e ambiental e à obtenção de seus benefícios e custos associados.
- (D) a análise é exclusivamente pautada nos dados disponíveis, de forma a permitir uma primeira avaliação do potencial hidrelétrico e a definir prioridades, prazos e custos da etapa seguinte.
- (E) todas as medidas pertinentes à implantação do reservatório e às especificações técnicas das obras civis e dos equipamentos eletromecânicos são tomadas.

39

Planejar, no setor elétrico, envolve a determinação de uma estratégia de aumento do sistema para atender à demanda futura de energia elétrica.

Para tal, é necessário minimizar o(s)

- (A) número de agentes econômicos envolvidos no processo de distribuição.
- (B) sistema de distribuição, reduzindo custos do sistema.
- (C) custos de transação entre os agentes, possibilitando redução de consumo.
- (D) custos sociais ou ambientais, aumentando o índice de sustentabilidade.
- (E) custos de expansão, propiciando condições econômicas do sistema.

40

A Comissão Mundial de Barragens constatou que medidas como resgate de fauna e escadas para peixes tiveram pouco sucesso.

Adicionalmente a esses resultados, há de se considerar que as medidas mitigadoras,

- (A) para minimização de impacto, são sempre de cumprimento compulsório.
- (B) para a redução de impactos adversos, não podem ser implementadas nas modificações de projetos.
- (C) para que apresentem bons resultados, exigem base de informações e cooperação desde o início, entre os diferentes profissionais envolvidos, embora isso não seja suficiente.
- (D) em sua elaboração, não devem contar com a cooperação entre os profissionais e a população local, ainda que esta sofra com os impactos das alterações ambientais.
- (E) nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), devem apontar as medidas compulsórias a serem atendidas, e, mesmo que de forma geral, elas devem ser atendidas como foi especificado, ainda que não se levem em consideração particularidades locais.

41

A eutrofização da água pode trazer mudanças ambientais e sociais como, por exemplo, o(a)

- (A) prejuízo no uso recreacional do corpo d'água, com possibilidade de impedimento do acesso de barcos.
- (B) aumento na disponibilidade de água para irrigação, já que a água tem seu grau de uso para consumo humano diminuído.
- (C) aumento do valor comercial das propriedades nas margens dessas águas, devido à maior piscosidade, provocada pelo aporte de nutrientes da eutrofização.
- (D) aumento da diversidade e riqueza biológicas, pela maior quantidade de nutrientes.
- (E) diminuição de doenças epidemiológicas, devido à menor turbidez da água.

42

No Plano Decenal de Energia (PDE/2019), além do balizamento pelo Plano Nacional de Energia (PNE/2030), os elementos conjunturais também são levados em consideração.

Um desses elementos é a crise financeira internacional, e um dos desdobramentos dessa crise é a(o)

- (A) grande diminuição no consumo de energia do país, pela diminuição da renda *per capita*.
- (B) reestruturação da indústria automobilística mundial, em particular, a americana.
- (C) crise de mercado de carbono, que, por seus efeitos indiretos no desenvolvimento de mecanismos limpos, impactou a oferta de energia por fontes renováveis.
- (D) impacto nas indústrias de alumínio, cimento, petroquímica, celulose e papel, e cobre, apesar de essas indústrias poderem ser excluídas do cenário, já que, juntas, não chegam a somar 5% do consumo industrial de energia elétrica.
- (E) efeito direto das relações intersetoriais, sendo notório o exemplo da indústria siderúrgica e sua cadeia de fornecedores, que foram um dos poucos segmentos que não sofreram devido à inelasticidade da demanda de seus produtos.

43

Acidentes geraram uma necessidade crescente de estudos de análise de risco, juntamente com análise de impactos ambientais.

Na análise de risco, considera-se que

- (A) risco e perigo são sinônimos.
- (B) risco é o produto da probabilidade de ocorrência de um evento pela probabilidade de o evento gerar danos irreversíveis.
- (C) a comparação entre duas situações diferentes é impossível, como, por exemplo, a comparação de risco da produção de energia entre fontes diversas.
- (D) as medidas de prevenção de acidentes devem ser associadas às análises sobre a localização do empreendimento.
- (E) uma substância perigosa não identificada e mal vedada apresenta risco zero.

44

Há um processo que, na prática, se reflete na monoculturação ambiental e social do espaço, e que pode ser gerado quando o Estado se alia aos segmentos do capital contra grupos, como, por exemplo, os dos quilombolas e os dos indígenas.

Tal processo é denominado

- (A) acumulação de capital
- (B) acumulação por espoliação
- (C) mão invisível
- (D) mais-valia
- (E) mais-valia discriminatória

45

A taxa de metilação do mercúrio aumenta com a presença de matéria orgânica biodegradável. Em alguns locais, o mercúrio pode ser encontrado em solos e sedimentos.

Nesses locais, no caso de a vegetação ser rica, o que acontecerá se eles forem inundados para a construção de reservatórios?

- (A) A inundação acelera o processo de metilação do metal, tornando-o disponível para a cadeia trófica, podendo trazer prejuízos   saúde humana.
- (B) O dióxido de carbono gerado pela inundação se ligar  por metilação ao mercúrio nos solos e sedimentos, através da presença de matéria orgânica.
- (C) O oxig nio da água será afetado pelo mercúrio presente nos solos e sedimentos, causando um processo de biomagnificação.
- (D) O acúmulo de metano liberado pelo processo que envolve o mercúrio poderá trazer prejuízos à cadeia trófica, acumulando-se principalmente nos produtores primários por biomagnificação.
- (E) O metano disponibilizado pela decomposição da vegeta o será absorvido pelo processo de metilação, diminuindo o impacto na mortandade de peixes.

46

O Art. 10 da Lei n  6.938, de 31/8/1981, e a Constitui o Federal Art. 225,   1 , IV, tratam de licenciamento e necessidade de Estudo Prévio de Impacto Ambiental.

Pela lógica do próprio licenciamento, interpreta-se que

- (A) a avalia o feita antes do licenciamento deve ser a mais específica possível, já que as obras de um mesmo empreendimento não podem ser licenciadas juntas.
- (B) o licenciamento ambiental deve abranger a obra como um todo, não devendo ser fragmentado; no entanto, seu estudo global deve conter todas as suas partes.
- (C) um estabelecimento deve dirigir-se a diferentes esferas do Governo para pleitear um licenciamento, caso seja necessária mais de uma obra em um prazo menor que 10 anos.
- (D) ambos os artigos dispõem sobre a necessidade de licenças e documentos, mas não apontam a esfera (Municipal, Estadual, Federal) responsável pelo processo.
- (E) ambos os artigos apontam para a obrigatoriedade do licenciamento de toda e qualquer obra, apesar de eles serem opostos em alguns sentidos.

47

Os conflitos ambientais resultantes das desigualdades sociais no acesso aos recursos naturais e a seu uso são identificados para fins de análise, como sendo de modalidade

- (A) espacial
- (B) territorial
- (C) natural
- (D) distributiva
- (E) restritiva



48

Quando um grupo de cidadãos percebe uma ameaça a seus valores vinda de um projeto público ou privado, pode haver uma indignação moral, com a possibilidade de ocorrer uma forte oposição e dificuldade de negociação. Em casos assim, a negociação entre partes em conflito pode ser realizada pela negociação assistida.

Faz parte da negociação ambiental assistida a

- (A) conciliação, que, na prática, é o oposto da mediação.
- (B) mediação, que deve ser feita compulsoriamente pelo órgão do governo que irá atuar nesse processo.
- (C) negociação através de um facilitador, que irá estabelecer indenizações entre as partes, de acordo com o consenso final.
- (D) arbitragem comercial, que é realizada pelo órgão licenciador.
- (E) arbitragem não vinculante, em que o árbitro coloca sua opinião para ajudar as partes a resolver a disputa.

49

A sociedade brasileira vem experimentando, desde meados dos anos 60, uma profunda mudança estrutural, derivada da queda de fecundidade que não apenas modifica as taxas de crescimento da população e sua estrutura etária, com o seu progressivo envelhecimento, como também tem amplas repercussões socioeconômicas de médio e longo prazos.

MOREIRA, M. Evolução e perspectivas da dinâmica demográfica brasileira: concentração populacional e migração. In: Gonçalves, F. (org.) **O novo Brasil urbano**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995, p.149. Adaptado.

Em relação ao contexto histórico e geográfico descrito acima, considere as afirmações abaixo.

- I - No Nordeste, o fenômeno mais expressivo é a maior capacidade de retenção de fluxos migratórios e a ocorrência de fluxos de retorno.
- II - No Centro-Oeste, chama a atenção o decréscimo absoluto de sua população rural e o fato de a maior parte do crescimento regional concentrar-se nas áreas urbanas.
- III - Na região sul do país, a baixa taxa de crescimento populacional e a continuidade de perdas de população rural evidenciam-se especialmente no Paraná.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

50

A diversidade sociocultural do Brasil evidencia-se pela multiplicidade de comunidades, populações, culturas, povos, sociedades – termos empregados na etnografia –, constituídos por indígenas, quilombolas, caboclos, caiçaras, campeiros, pantaneiros, vargeiros, dentre outros, os quais se vinculam a uma diversidade fundiária. Deriva dessa vinculação uma renovação da teoria da territorialidade, que considera a conduta e a construção territoriais como uma poderosa estratégia geográfica e como parte intrínseca da existência dos grupos humanos.

Essa renovação teórica, proposta por Robert D. Sack, define territorialidade humana como sendo a(o)

- (A) tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre uma área a qual será chamada de território.
- (B) extensão territorial formada por pontos no espaço que se agregam sem descontinuidade, atuando como *locus* de uma cooperação humana discreta.
- (C) infraestrutura que permite o transporte de matéria, de energia e de informação, e que se inscreve sobre um território caracterizado pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais.
- (D) conjunto de pontos que, espacialmente, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia, sendo o veículo de cooperação ampliada, tanto política como geograficamente.
- (E) sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes.

